

As soluções de sempre

A decisão presidencial de nomear comissões para apresentar planos destinados a reverter a situação de pauperismo de boa parte da população brasileira não mereceria reparos, não fora o tom catastrófico que a acompanhou e, pior ainda, não se sentisse da leitura dos relatos da reunião ministerial que não há uma estratégia definida de ação. Que adianta o governo reconhecer que o País vive num estado de emergência social? Resolverá alguma coisa, quando se sabe que o Orçamento ainda não foi aprovado? Que adianta o presidente dizer: "Decreto que o problema prioritário do governo é o combate à fome, ao desemprego e à miséria", enquanto a inflação, ainda que acusando queda de alguns pontos de porcentagem em fevereiro, não dá mostras de ceder, aumentando portanto a miséria e contribuindo decisivamente para o desemprego?

A prova de que a retórica bombástica e sentimental predomina sobre a racionalidade está na pauta dos assuntos tratados na reunião: as restrições feitas pelas lideranças partidárias ao projeto de lei complementar instituindo o IPMF e as questões da fome, da seca e da cólera. Sem dúvida, esses problemas podem ser discutidos em seqüência, porquanto o aporte de recursos ao Tesouro via IPMF dará ao Executivo recursos para combater a fome, cuidar da seca e providenciar medidas que impeçam que a cólera se transforme numa

catástrofe nacional. Sucedem, porém, que uma coisa não foi colocada na dependência da outra. No estilo do presidente Itamar Franco, decretou-se a prioridade do combate à fome, com o que a redução da inflação passou a segundo plano, e os ministros do Planejamento e da Fazenda deverão fazer seu melhor para arranjar recursos para viabilizar aquilo que se decidiu — com fisionomia severa, como convinha a situação tão grave, fato que não impediu de conceder 30 dias à ministra do Planejamento para propor à Presidência da República as providências destinadas a combater a fome, o desemprego e a recessão. As providências já foram meditadas pela burocracia: reduzir o preço dos alimentos que compõem a cesta básica, mediante distribuição de estoques à Rede Somar (não se tinha decidido exatamente isso semanas atrás?), descentralizar a distribuição da merenda escolar (o que leva a crer que, centralizada a distribuição, ou a merenda não chega às escolas ou então não existe), implantar um programa de assistência ao desnutrido e rever e ampliar o Programa de Alimentação do Trabalhador, existente há anos.

A reunião ministerial permitiu que se entrelaçassem os problemas da seca e do pauperismo; essa superposição de ques-



tões graves levou a que se tornasse público que, se a miséria aumenta, se a seca se torna mais grave e se a cólera domina atenções, a mentalidade dos que decidem continua a mesma de sempre. Para a seca, por exemplo, pede-se aos governadores que entreguem em dez dias um plano, que para o presidente não deverá ser meramente assistencialista, mas "produtivo, visando ao futuro do Nordeste, com a restauração de estradas, construção de poços, açudes, barragens, obras de casas populares e de saneamento, que gerem bastantes empregos". Para os governadores da região, os dez dias de prazo até que são desnecessários: bastará desarquivar (ou o governo federal poderá fazer por eles) os planos "não assistencialistas" que foram feitos para todas as grandes secas, na maior das quais se decidiu, pensando no futuro do Nordeste, construir a Transamazônica... E, para demonstrar que não se trata de assistencialismo, o ministro da Integração Regional explicou que o programa de emergência deverá atingir cerca de 1 milhão de flagelados, que receberão meio salário mínimo durante três meses, atuando nas frentes de trabalho. Depois, quando voltar a chover, voltarão para suas terras como sempre voltaram e os problemas do Nor-

deste continuarão os de sempre, os índices de pauperização crescentes, de concentração de renda nas camadas oligárquicas idem, e os congressistas da região ameaçando retirar apoio ao Executivo se não forem atendidos em suas pretensões.

Nada mudou nos métodos dos que sempre apregoaram a necessidade de não ser assistencialistas. É possível que o sociólogo Herbert de Souza e o bispo de Volta Redonda, que integram a comissão que vai cuidar de eliminar a miséria de 32 milhões de brasileiros, consigam mudar a mentalidade dos que pensam igual ao que se pensava nos tempos em que se falava na "indústria da seca". É quase certo, porém, que, ao cuidar da reestruturação da merenda escolar, a comissão e o próprio governo esqueçam, como sempre se esqueceu, de que um programa sério de combate à desnutrição deveria levar em conta as imensas possibilidades que a soja (como grão, leite, carne, etc.) oferece como fonte de proteínas. De uma coisa, porém, estamos seguros: não se esquecerão, malgrado todo o idealismo do sociólogo Betinho, que insta o governo a que pague primeiro a dívida social e depois a financeira, aumentando se necessário o déficit da União, das pressões das forças políticas que até hoje impediram que se desse solução para o problema do Nordeste, onde está concentrada a maioria dos 32 milhões de brasileiros indigentes.